



LEI MARIA DA PENHA E O PAPEL DA REDE DE APOIO: IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO CONJUNTA DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS, CENTROS DE REFERÊNCIA, DEFENSORIA PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO E ONGS.

Antônia Milena Pinheiro¹, Carlos Sergio de Oliveira Couras², Fernando Menezes Lima³

Resumo: A violência doméstica é um problema social de grande relevância, que afeta mulheres de todas as idades e classes sociais. Diante dessa realidade, a Lei Maria da Penha (LMP) surge como um instrumento fundamental de proteção, sendo eficaz quando articulada com a atuação conjunta de delegacias especializadas, centros de referência, Defensoria Pública, Ministério Público e organizações da sociedade civil. Este trabalho busca analisar a importância dessa rede de apoio integrada na prevenção, proteção e assistência às vítimas. As Delegacias da Mulher têm um grande destaque nesta proteção, pois elas têm um foco principal e um atendimento já especializado para os casos, no entanto, há cidades em que elas não funcionam 24h e nem todos os dias, sendo, essencial, que as delegacias de polícia estejam prontas para receberem e acolherem as ocorrências, com servidores preparados para um atendimento humanizado. Além disso, o Ministério Público, detentor da fiscalização da lei, desenvolve um papel essencial, pois além da busca pela justiça e cumprimento da lei, pode receber diretamente denúncias de mulheres que sofreram algum tipo de violência. Ainda, a Defensoria Pública exerce a função de assistente gratuito das vítimas, representando-as judicialmente. As ONGs e os Centros de Referência vão atuar ativamente no cuidado com essas mulheres, buscando maneiras de prevenir e conscientizar a sociedade, prestar apoio direto à comunidade e fornecer apoio psicossocial. Com isso, o trabalho conjunto de todos esses órgãos e com pessoal preparado, proporciona um atendimento integral, eficiente e humanizado, gerando melhores resultados e mais eficazes, deixando às vítimas mais seguras e confiantes para denunciar. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, procedimento bibliográfico e documental e análise interpretativa crítica a partir das ações práticas desenvolvidas pelo projeto de extensão - Educar para igualdade: Lei Maria da Penha e o enfrentamento à violência de gênero nas escolas de Iguatu-CE. Portanto, o enfrentamento da violência doméstica exige a atuação conjunta e integrada entre Estado e sociedade civil, garantindo proteção e amparo efetivo às vítimas. O objetivo desta pesquisa reforça a relevância da atuação integrada entre Delegacias Especializadas, Centros de Referência, Defensoria Pública, Ministério Público e ONGs.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Atuação conjunta. Rede de apoio.

¹ Estudante voluntária do Projeto de Extensão, Universidade Regional do Cariri (URCA), Direito, E-mail: milena.pinheiro@urca.br

² Estudante voluntário do Projeto de Extensão, Universidade Regional do Cariri (URCA), Direito, E-mail: carlos.couras@urca.br

³ Professor coordenador do projeto de extensão, Universidade Regional do Cariri (URCA), E-mail: Fernando.menezes@urca.br